

De volta ao futuro da língua portuguesa.

Atas do V UO GNR/"Impósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa

Simpósio 20 - História e memória na língua portuguesa em tempos de colonização/descolonização linguística, 567-585

ISBN 978-88-8305-127-2

DOI 10.1285/i9788883051272p567

<http://siba-ese.unisalento.it>, © 2017 Università del Salento

LÍNGUA PORTUGUESA, PATRIMÔNIO LINGUÍSTICO-CULTURAL: DA MEMÓRIA QUE ATRAVESSA O DIZER DO GRAMÁTICO BRASILEIRO SOBRE A LÍNGUA NO SÉCULO XX

Thaís de Araujo da COSTA⁴²

RESUMO

Este artigo é fruto da nossa pesquisa de doutorado que ainda se encontra em desenvolvimento. Nele, à luz da Análise de Discurso, de Michel Pêcheux e Eni P. Orlandi, na sua relação com a História das Ideias Linguísticas, de Sylvain Auroux e Eni P. Orlandi, tecemos uma reflexão acerca do imaginário de língua que se impõe em duas gramáticas filiadas ao nome de autor do gramático brasileiro Evanildo Bechara, a saber: a 1^a. e a 37^a. edições da *Moderna Gramática Portuguesa*, publicadas em 1961 e em 1999, respectivamente. Para tanto, analisamos o prefácio e a introdução dessas obras. Em nossa análise, visamos, mais especificamente, compreender os efeitos produzidos no dizer do gramático sobre a língua (nomeada) portuguesa a partir da sua significação no século XX como patrimônio linguístico-cultural, buscando pensar ainda a relação estabelecida entre esse imaginário, a ilusão de homogeneidade linguística entre os povos ditos de língua portuguesa e o processo de colonização imposto por Portugal.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso gramatical brasileiro, Imaginário de língua, Moderna Gramática Portuguesa, Evanildo Bechara.

I. Introdução

“... a língua não é una, a língua não é uma, as línguas mudam, as línguas entram em contato, desaparecem, se criam novas, estão sempre em movimento.”

(Orlandi, 2009: 171).

42 Doutoranda em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal Fluminense (UFF), sob a orientação da Profa. Dra. Vanise Gomes de Medeiros. Membro do Laboratório Arquivos do Sujeito (LAS) e do *Laboratoire de Histoire des Théories Linguistiques* (LAB-HTL). Cursa estágio doutoral na Université Sorbonne Nouvelle (Paris 3), sob a supervisão de Jean-Marie Fournier. Bolsista CAPES-PDSE – Processo BEX002457/2015-06. E-mail: araujo_thais@yahoo.com.br.

A reflexão que ora apresentamos consiste num recorte de nossa pesquisa de doutoramento, na qual buscamos, inscrevendo-nos no lugar de encontro entre a Análise de Discurso – conforme formulada por Michel Pêcheux ([1975] 2009) e Eni Orlandi (2007c) – e a História das Ideias Linguísticas – cujos nomes de referência são Sylvain Auroux ([1992] 2009) e Eni Orlandi (2009) –, compreender a relação entre função-autor gramático, imaginário de língua e forma de gramática⁴³ em três instrumentos linguísticos (Auroux, op. cit.)⁴⁴ distintos, a saber: a 1^a. e a 37^a. edições da *Moderna Gramática Portuguesa*, publicadas respectivamente em 1961 e em 1999; e a 1^a edição da *Gramática Escolar da Língua Portuguesa*, publicada em 2001. Neste artigo, tomamos como objeto de análise as duas primeiras gramáticas e, visando compreender os efeitos no dizer do gramático da significação da língua nomeada portuguesa como patrimônio linguístico-cultural, propomo-nos a refletir acerca da constituição do que chamamos de imaginário de língua.

II. Função-autor e imaginário de língua

A noção de autoria com a qual trabalhamos foi depreendida e deslocada por Orlandi (2007b) a partir da proposta de Foucault (2007), para quem o autor pode ser entendido como um “princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência” (ibid.: 26). Distanciando-se da proposta foucaultiana, a autoria do ponto de vista discursivo não se restringe a ocasiões especiais

43 Em *Língua e conhecimento linguístico*, Orlandi afirma: “(...) a forma de gramática tem que ver com a forma de função-autor gramático e (...) isso tem consequências sobre o trabalho produzido pelo gramático na relação do sujeito com a língua, via representação [imaginária] dessa relação por instrumentos linguísticos” (2002: 148). Assim sendo, quando dissemos que nos interessa compreender a relação entre função-autor gramático, imaginário de língua e forma de gramática, partimos do pressuposto de que essa relação é determinada historicamente e que, portanto, em função das condições de produção, pode-se dar de diferentes formas, produzindo diferentes efeitos de sentido nos instrumentos linguísticos em que se presentificam. Daí perguntarmos diante dos nossos objetos: O que é uma gramática? O que é ser gramático? Que língua é essa sobre a qual esse sujeito-gramático diz dizer nessa gramática?

44 São instrumentos linguísticos, conforme Auroux (op. cit.), as gramáticas e os dicionários, no sentido em que estes, como objetos técnicos e empíricos investidos de conhecimentos teóricos explícitos, descrevem uma língua, ajudando-nos a falá-la e a lê-la. O autor chama-nos atenção ainda para a dimensão histórica desses instrumentos, nos quais compõem saberes que se constituem (historicamente) num horizonte de retrospecto e de prospecção e para cuja compreensão faz-se, portanto, necessária a desnaturalização do processo de constituição do passado que os atravessa e os constitui (retrospecção) e a do futuro que deles se desdobra (prospecção).

em que se dá uma enunciação original, como pressupunha Foucault, mas sempre que um sujeito se coloca (supõe estar) na origem do dizer, produzindo um texto com efeito de unidade, coerência, não contradição e fim. Assim sendo, apesar de o autor não instaurar discursividade, ele produz um lugar de interpretação, em meio a outros lugares possíveis. Daí ser a autoria, para nós, uma função exercida pelo sujeito discursivo que se caracteriza pela “produção de um gesto de interpretação” (Orlandi, op. cit.: 97), no qual o autor é colocado como o responsável pelo sentido do que diz, do que formula, significando-se e produzindo sentido de acordo com as determinações históricas a que está assujeitado.

Já a noção de imaginário de língua⁴⁵, tal como a temos pensado, relaciona-se à de condições de produção, a qual, conforme Pêcheux ([1969] 2010), é configurada pelo estado de produção dos elementos do discurso. Esses elementos se presentificam no dizer através das *formações imaginárias*, que dizem respeito ao modo como, a partir de determinados lugares sociais, filiando-se à memória do dizer, em seus gestos de interpretação-autoria, os sujeitos projetam imagens de si, do outro e do objeto do discurso.

Em nossa reflexão, tomando as gramáticas como discursos, consideramos que elas se constituem como produtos históricos frutos dos gestos de interpretação procedidos pelos sujeitos-gramáticos que têm como objeto do dizer uma certa língua. É, pois, sob essa perspectiva, que trazemos para esta discussão a noção de imaginário de língua na sua relação com a de função-autor. Entendemos que, ao dizer sobre a língua, o sujeito-gramático projeta no discurso uma certa imagem dessa língua de que ele diz dizer, isto é, ele a (res)significa, a partir do lugar que ocupa, filiando-se à memória do discurso gramatical brasileiro, ao mesmo tempo em que se constitui como sujeito (gramático) do seu dizer. O que está em jogo, portanto, como nos lembra Orlandi (2009), não é uma relação termo-a-termo, mas a construção do referente discursivo para o nome língua e, especificamente no caso em análise, para os nomes *língua portuguesa* ou, simplesmente, *português* quando significados como patrimônio linguístico e cultural.

45 Orlandi propõe a noção de língua imaginária (Orlandi; Souza, 1988/ Orlandi, 2002/2008/2009), a qual por vezes retoma como imaginário de língua sem formalizar uma distinção. Entendemos, com Mariani, Medeiros e Moura (2011), que, embora sejam essas noções correlatas e que a noção de língua imaginária pressuponha a sua filiação a um determinado imaginário de língua, estas distinguem-se, pois, enquanto a primeira diz respeito à imagem que comparece nos instrumentos linguísticos de uma dada língua na sua relação com os sujeitos dessa língua, isto é, com os sujeitos que têm/deveriam ter essa língua como sua; a segunda constitui-se como a organização, a sistematização, a normatização (prescrição/imposição de regras, proscrição de usos) de um dado imaginário.

III. Sobre a 1ª. edição da MGP

A primeira edição da *Moderna Gramática Portuguesa*, voltada para o ensino na instituição escolar, foi publicada em 1961, num período em que ainda ressoavam nos estudos linguístico-gramaticais desenvolvidos no Brasil os efeitos decorrentes de dois acontecimentos da década de 50, quais sejam: o início do processo de institucionalização dos saberes filiados à chamada ciência Linguística, notadamente ao que se tinha à época por Estruturalismo, e a implementação, por decreto, da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB, em 1959)⁴⁶. Esses acontecimentos, como ressalta Orlandi (2002/2009), tiveram como principal efeito a distinção entre o lugar do gramático e o do linguista e, por conseguinte, o deslocamento da autoridade em relação à produção do saber sobre a língua daquele para este.

A despeito disso, como têm demonstrado nossas análises, há, na primeira edição da MGP, o que temos chamado de um “duplo efeito de ruptura e manutenção”. Ao mesmo tempo em que, em função da imposição da NGB, rompe-se com os sentidos filiados à tradição gramatical anterior para filiar-se aos sentidos instituídos/legitimados no/pelo discurso oficial, contorna-se tal imposição a partir do argumento do moderno, do novo, compreendido sob essas condições de produção como um argumento de cientificidade. Instaura-se, com isso, um segundo movimento de ruptura, dessa vez em relação à tradição fundada pela NGB, em nome de uma abordagem que considere o que se coloca como “modernos estudos da linguagem” (MGP, 1961, p. 21). Parece-nos

46 A proposta de unificação e simplificação da nomenclatura gramatical brasileira, considerando que a diversidade no que diz respeito à denominação dos mesmos fatos gramaticais problematizava o ensino de língua portuguesa no país foi efetivamente implementada em 1959, através da Portaria Nº 36, de 28 de janeiro. Para tanto, em 1957 já havia sido designada, por meio da Portaria nº 152, de 24 de abril, uma Comissão, composta por Antenor Nascentes (nomeado presidente); Clóvis do Rego Monteiro; Celso Ferreira da Cunha; Carlos Henrique da Rocha Lima (nomeado secretário e relator); e Cândido Jucá (Filho) – todos professores catedráticos do Colégio Pedro II, instituição que até então constituía o centro de irradiação de conhecimento sobre a língua do Brasil. Essa comissão desde o início partiu do pressuposto de que as diferentes gramáticas à época abordavam os mesmos fatos gramaticais para os quais davam nomes distintos. Esse posicionamento refletiu na nomenclatura oficial, cujo objetivo ficou sendo, então, acabar com a multiplicidade terminológica, adotando a designação que seria, conforme consta nas “Normas Preliminares de Trabalho” estabelecidas pelos membros da Comissão, a “mais exata”, a “mais vulgar”, a “mais tradicional”, a “mais simples” e a “de uso mais geral”. Ao determinar os nomes que (não) podem e (não) devem comparecer na gramática, o discurso da NGB se impõe e se sobrepõe ao discurso gramatical brasileiro, silenciando e evidenciando uns sentidos em detrimento de outros. Ao fazer isso, promove uma ruptura na memória do discurso gramatical brasileiro que altera as suas redes de filiações significativas. Como efeito desse silenciamento (Orlandi, 2007a), então, como propõe Baldini (1999), a NGB promove a regulação da relação do sujeito com o dizível: ela se inscreve no repetível, na memória já existente, elegendo nesta uma região de sentidos possíveis. Tal região se coloca, devido ao efeito da censura imposta pela terminologia oficial, como a única memória possível (de ser lembrada, de ser dita) para o discurso gramatical pós-NGB, impossibilitando, desse modo, que o sujeito se identifique a outros sentidos.

tratar-se, pois, de uma forma de gramática (Orlandi, 2002) cuja estrutura é cindida, atravessada, de diferentes maneiras, pelos sentidos inscritos nessas duas formas de saber, e que se constitui no entremeio, no enlace, na tensão, no deslize entre o lugar do gramático e o do linguista.

Salvo no efeito de ambiguidade produzido no título a partir da determinação do substantivo *gramática* pelo adjetivo *portuguesa*, que tanto pode designar o nome da língua de que diz a gramática, equivalendo à locução *do português*, como a sua origem, equivalendo, enquanto adjetivo pátrio, à locução *de Portugal*, o nome da língua de que se supõe tratar na primeira edição da MGP, “o português”, só é dito na página 23 da introdução, mais especificamente nas seções intituladas *Que é uma língua* e *A língua é um fenômeno cultural*, das quais recortamos as sequências discursivas⁴⁷ abaixo:

Tabela 1 – MGP 1ª. Edição (1961)	
SD1: “Entende-se por língua ou idioma o sistema de símbolos vocais arbitrários com que um grupo social se entende.	
Uma língua pode ser instrumento particular de um povo único, como acontece com o chinês, o romeno, ou comum a mais de uma nação. Este é o caso do português, que serve a Portugal, ao Brasil e colônias ultramarinas lusas.	
Este fato se explica historicamente pelos capítulos de expansão e colonização dos povos. Falamos o português como língua oficial porque, ao lado de outras instituições culturais, os portugueses no-la deixaram como traço de civilização que aqui fundaram depois de 1500”. (MGP, 1961: 23) [negrito do autor].	
SD2: “A língua não existe em si mesma: fora do homem é uma abstração, e no homem é o resultado de um patrimônio cultural que a sociedade a que pertence lhe transmite.” (ibid., loc. cit.).	

Nessas sequências, dois pontos interligados de imediato se impuseram à nossa leitura: o primeiro, o efeito de sinonímia entre *língua* e *idioma*, na sua relação com a concepção de língua enquanto um “sistema de símbolos vocais arbitrários” (MGP, 1961: 23) e ao mesmo tempo como “instrumento [de comunicação] particular de um povo (...) ou comum a mais de uma nação” (ibid., loc. cit.); o segundo, em consequência do primeiro, a sua concepção enquanto algo que é exterior ao homem.

No que diz respeito ao primeiro ponto, parece-nos ressoarem aí algumas tensões que já se colocavam naquele que é tomado como o discurso fundador da chamada

47 As sequências discursivas são, conforme Orlandi (1984), unidades discursivas de textos de natureza variada que se configuram enquanto fragmentos de uma dada situação discursiva postos em correlação conforme a pergunta feita pelo analista, a partir de uma dada posição teórica.

ciência Linguística, notadamente no *Curso de Linguística Geral* (1916), cuja autoria é atribuída a Ferdinand de Saussure⁴⁸. Como se sabe, o chamado corte epistemológico se significou na história dos conhecimentos sobre a linguagem como uma cisão desta em língua e fala e, por conseguinte, como uma separação entre aquilo que se toma, respectivamente, como da ordem do social e do individual⁴⁹.

Cabe aqui, no entanto, analisar o efeito de sentido produzido pelo comparecimento da palavra *social* algumas vezes no *Curso*. A língua é significada como social porque ela é tomada como “um tesouro depositado pela prática da fala em todos os indivíduos pertencentes à mesma comunidade, um sistema gramatical que existe virtualmente nos cérebros dum conjunto de indivíduos” (CLG, 2006: 21) e que “não está completa no cérebro de nenhum”, pois se entende que “só na massa ela existe de modo completo” (ibid., loc. cit.). Assim, *social*, no *Curso*, não diz respeito à relação entre língua e sociedade, mas ao fato de supor-se que a língua, enquanto sistema, encontra-se “depositada” nos cérebros de *uma comunidade de indivíduos*, opondo-se, assim, à fala, que seria da ordem *do indivíduo*. Esse sentido atribuído à palavra *social* no *Curso* teria sido, inclusive, um dos motivos pelos quais, segundo Colombat, Fournier e Puech (2010), de um modo geral os linguistas da época em que ele foi publicado não lhe teriam dado muita atenção, considerando-o uma especulação demasiadamente abstrata, que não levava em conta o empirismo social, bem como a covariação língua/sociedade, questões que já vinham sendo pensadas, sobretudo, por Antoine Meillet e Joseph Vendryes.

É, pois, essa tensão entre as diferentes formas de se conceber o que se coloca como o aspecto social da língua(gem) que pensamos se fazer significar na primeira edição da MGP a partir da determinação do efeito de sinonímia estabelecido entre *língua* e *idioma* – isto é, de uma lado, a língua enquanto sistema de símbolos, uma abstração que “não existe em si mesma” e se dá fora do homem, e, de outro, a língua,

48 Falamos em autoria atribuída porque, como sabemos, O CLG, publicado em 1916, três anos após a morte de Saussure, foi compilado por dois colegas e antigos alunos seus, Charles Bally e Albert Sechehaye, a partir de alguns de seus manuscritos e de anotações feitas por outros alunos que acompanharam uma disciplina, de mesmo nome, ministrada pelo mestre genovês na *Université de Genève* durante três anos universitários (1907, 1908-1909 e 1910-1911). Assim sendo, podemos destacar no CLG pelo menos três movimentos distintos de interpretação: 1) o do próprio Saussure, ao elaborar suas aulas; 2) os dos estudantes, cujas notas são (suas) leituras (suas interpretações) do que havia dito o mestre em sala de aula; e 3) o dos editores, que tiveram não só de ler e recortar o que das anotações dos alunos permaneceria, relacionando aos manuscritos de Saussure, como também de dar a todo esse material uma estrutura de livro. Esses diferentes gestos de interpretação constituem o gesto de autoria (a função-autor) que fora atribuído a Ferdinand de Saussure, ao mesmo tempo em que este é deles um efeito (autor).

49 Diz-se no *Curso*: “Com o separar a língua da fala, separa-se ao mesmo tempo: 1o., o que é social do que é individual; 2o., o que é essencial do que é acessório e mais ou menos acidental” (CLG, 2006: 22).

enquanto idioma, como instrumento de comunicação com que um grupo social se entende e que tem, portanto, uma função utilitária, já que “serve a Portugal, ao Brasil e colônias ultramarinas lusas” (MGP, 1961: 23).

Relacionado a esse primeiro ponto, está, a nosso ver, o segundo, que chamamos de efeito de exterioridade da língua. Esse efeito é produzido na MGP a partir da *partição*⁵⁰ dessa língua que se diz não existir em si mesma em duas dimensões⁵¹: “fora do homem” e “no homem”. No primeiro caso, ela é significada, como vimos, como uma “abstração”, sistema de símbolos; no segundo, enquanto “patrimônio cultural”, idioma. Assim, mesmo quando “no homem”, a língua é tomada como algo exterior a ele, pois é instrumento, e enquanto instrumento pressupõe-se que pode ser controlada, manipulada: ela não só *serve* a um povo ou a mais de uma nação, como também pode ser deixada de uma nação à outra, o que a caracteriza como *patrimônio cultural* que a sociedade a que o homem pertence lhe “transmite” (Ibid., loc. cit.).

Parece-nos haver aí ainda uma con-fusão⁵² entre os sentidos de “grupo social”, “povo”, “nação” e “sociedade”. A língua é tomada como o instrumento com o qual um *grupo social* se entende, se comunica. Pode ser instrumento particular de um *povo* ou de mais de uma *nação*. Ela é transmitida para o homem pela *sociedade* e, no caso do português, foi deixada para os *povos* que foram colonizados por Portugal como *traço de civilização*. Assim temos, de um lado, o que se toma por povo, os chineses, os romenos⁵³ e os povos que foram colonizados por Portugal; de outro, o que se toma por nações: Brasil e Portugal. O Brasil também foi colonizado, mas, quando o foi, ainda não era Brasil, não era Nação, era povo. Nação se tornou depois, depois de 1500, após passar pelo processo civilizatório iniciado com a colonização de Portugal, que já era

50 Referimo-nos aqui à *partição* no sentido proposto por Jean-Claude Milner em *L'amour de la langue*: “Dès lors, en soi n'est rien d'autre que cette partition considérée en général, une langue en est une forme particulière; un dialecte d'une langue, une réorganisation spécifique d'une partition particulière” (2009: 25).

51 Empregamos o termo *dimensões* tal como proposto por Payer (2006), no sentido em que uma língua é composta por muitas e diferentes dimensões discursivas da linguagem que “não são autoevidentes e nem semelhantes em quaisquer circunstâncias” (ibid.: 107).

52 Ou seja, uma fusão e uma confusão (Orlandi, 2008).

53 Poderíamos pensar aqui a diversidade constitutiva do que é posto como língua chinesa, o chinês, que é constituído por quatro línguas distintas – o mandarim, o cantonês, o sichuanês e o hakka – que têm em comum apenas a origem sino-tibetana e a representação escrita, ou do que se toma por povo chinês, os chineses, e da China, que, desde 1949, se divide em duas repúblicas, a República Popular da China (RPC) e a República da China (RC), igualmente independentes e que igualmente não reconhecem a legitimidade uma da outra. Também poderíamos pensar a diversidade constitutiva do romeno, língua oficial da Romênia (e atualmente de outros quatro países nos quais divide espaço com outras línguas também oficiais), que se diz ser constituído por quatro dialetos e que vive em tensão desde sempre com outras línguas, como, por exemplo, o antigo maldávio, nome da língua oficial da Maldivas até 2013, quando, por ser considerado a mesma língua, passou, por lei, a ser chamado também de romeno.

Nação. Ao lado dessas duas nações, Brasil e Portugal, há as então chamadas colônias ultramarinas lusas, que a esta época não eram nações (ainda), eram colônias *de* Portugal, povos que se encontrariam, então, em processo civilizatório.

Essa con-fusão entre os sentidos de nação e povo traz à baila, portanto, uma tensão que comparece no dizer do gramático entre unidade e diversidade. Enquanto ao se dizer *povo*, contraditoriamente, coloca-se em questão a diversidade – a diversidade dos povos que habitam o que se toma por mesma região, a diversidade dos povos que são falantes daquilo que é posto como uma língua única, a diversidade dessas línguas e das línguas com que elas estão em contato –; ao se dizer *nação*, silencia-se essa diversidade e impõe-se um imaginário de unidade do que é posto como língua, cidadão e Estados nacionais⁵⁴. E é aí que, para nós, esse imaginário de língua fura, falha.

Ao lado dos sentidos de povo e de nação são colocados, como vimos, o de grupo social e sociedade: o português, enquanto instrumento de comunicação, isto é, em sua dimensão posta como idiomática, serve a Portugal, ao Brasil e as colônias ultramarinas lusas; logo, estes constituiriam um grupo social que se entende, que se comunica. Se a língua é transmitida ao homem pela sociedade a que ele pertence, no caso do brasileiro, que sociedade seria essa? Como pensar os sentidos de grupo social e de sociedade em relação ao de nação(ões)?

A con-fusão entre esses sentidos opera um silenciamento das diferenças sociais, culturais e linguísticas entre Portugal, Brasil, as chamadas colônias ultramarinas e também entre estas, pois toma *todos* como se fossem *um, uma só sociedade, um só grupo social*, um todo homogêneo, ainda que se reconheçam diferenças políticas, ainda que nem todos nesse todo tenha o *status* de Nação, ainda que a história (nada pacífica) do processo de independência brasileira também seja apagada, assim como o foi a resistência à dominação portuguesa nas chamadas colônias ultramarinas, ainda que... São muitos “ainda que”, e é justamente neles que reside o silêncio, isto é, essa possibilidade, segundo Orlandi (2007a), de, conforme a determinação histórico-ideológica do sujeito (gramático), os sentidos serem sempre outros, mas de, justamente

54 Como pontua Branco (2013: 213), a constituição dos Estados Nacionais se dá num momento de declínio do pensamento religioso medieval e da separação entre política e religião. Se até então o 'amor a Deus' traduzia-se na necessidade de subordinação ao Soberano, com a fundação dos Estados Nacionais, este foi substituído “pelo ‘amor à pátria’, pela ‘lealdade à nação’, que deve traduzir-se na subordinação ao Estado, através das leis instituídas”. Para se legitimar enquanto tal, no entanto, garantindo a governabilidade dos sujeitos nacionais e a visibilidade perante as outras nações, é preciso, conforme a autora, se fundar sobre pilares que sustentem sentidos de soberania e de unidade nacional. Dentre esses pilares Branco (ibid.: 214) destaca: “a necessidade de demarcação política e geográfica de um território” e “a eleição de uma língua nacional”.

por poderem, não o serem. O que é dito e o que não se diz entram em tensão, disputam espaço, se con-fundem, de modo que o que não é dito se faz significar, faz fissura no dizer, nele deixa suas marcas. Trata-se, pois, de um silenciamento constitutivo (id., ibid.) do discurso gramatical brasileiro de meados do século XX, silenciamento este necessário à imposição e à manutenção do imaginário de unidade linguística.

Esse imaginário, atravessado pelo discurso do colonizador português, coloca Portugal como centro irradiador de civilização: o português nos fora deixado por Portugal como “traço da civilização que aqui fundaram depois de 1500” (MGP, 1961: 23). Ao se relacionar o sentido de língua ao de civilização, como nos lembra Guimarães (2011), mobiliza-se um tempo futuro para essa língua, o qual está associado ao imaginário de evolução e progresso e tem como marco inicial o ano de 1500, momento em que essa língua nos teria sido “transmitida”. Apaga-se o processo de historicização da língua do Brasil e a história da relação dos sujeitos brasileiros com a sua língua e, com isso, reforça-se a ilusão de unidade linguística entre os dois países.

III. Sobre a 37^a. edição da MGP

A MGP teve trinta e seis edições sem grandes modificações (Dias; Bezerra, 2006) até ser publicada em 1999 a sua 37^a. edição, a qual, embora nela não seja dito, diferentemente das edições anteriores, tem como espaço de circulação, não a instituição escolar, mas a universidade. Tendo em vista que, como pontua Orlandi (2002: 149), toda forma de gramática traz inscrito um efeito-leitor⁵⁵ “de que deriva (ou determina) seu uso”, entendemos que é esse deslocamento que produz/permite produzir um efeito de amadurecimento no dizer do gramático que se coloca desde o prefácio, no qual se apaga a referência à NGB e afirma-se tratar-se de um “livro novo” amadurecido pela “leitura

55 O lugar de autoria, como nos lembra Orlandi (2007b: 74), “se faz com a constituição de um lugar de interpretação definido pela relação com o Outro (o interdiscurso) e com o outro (o interlocutor)”, que em AD chamamos de efeito-leitor. Assim, continua a autora, “o lugar do autor é determinado pelo lugar de interpretação. O efeito-leitor representa, para o autor, a sua heterogeneidade constitutiva (memória do dizer, repetição histórica)” (ibid.: 75). O autor, portanto, como nos explica a autora, não só não pode simplesmente dizer coisas que não tenham sentido, isto é, que não façam parte do interdiscurso, como deve dizer coisas que façam sentido para o seu leitor (ou melhor, para aquele que imagina que seja o seu leitor). A noção de efeito-leitor está, pois, relacionada à de formações imaginárias proposta por Pechêux ([1969] 2010), sobre a qual discorremos anteriormente. Quando da produção de um texto, produz-se, como vimos, além de uma imagem do objeto do discurso e do autor a quem o texto é atribuído, uma imagem de leitor a quem este se dirige.

atenta dos teóricos da linguagem”(MGP, 1999: 19). Esse efeito é significado, em seguida, como da ordem da atualização e do enriquecimento: “atualização no plano teórico da descrição do idioma e enriquecimento por trazer à discussão e à orientação normativa a maior soma possível de fatos gramaticais” (ibid., loc. cit.).

Em nossa leitura do prefácio da 37ª edição⁵⁶, portanto, temos depreendido sentidos que sinalizam que há no corpo dessa gramática, assim como ocorre na primeira edição, um atravessamento entre saberes filiados ao lugar do gramático (“orientação normativa”) e ao do linguista (“plano teórico da descrição”), lugares estes que nestas condições de produção ganham novos contornos⁵⁷. Notemos aqui que mais uma vez recorre-se, para justificar tal atravessamento, ao argumento do novo, da cientificidade, mas o novo aqui não significa o mesmo que outrora. Como se sabe, na década de 1960, na Europa e nos Estados Unidos, houve uma ebulição de teorias linguísticas que se propunham a pensar, dentre outros, a comunicação e a interação oral e escrita, a diversidade linguística e a construção do sentido. Essas teorias chegaram ao Brasil na década de 1980 e, embora tenham, no espaço universitário, de certo modo progressivamente se sobreposto aos estudos postos como formais, com eles passaram a conviver de forma tensa. Assim, se na primeira edição o que se toma por saber linguístico está filiado ao que se tinha à época como Estruturalismo, na 37ª edição, como efeito das condições de produção em que se encontram os estudos sobre a linguagem no Brasil, comparecem saberes filiados, não só ao que nesse momento se significa como Estruturalismo, mas também à chamada Linguística Textual, à Sociolinguística e ao Funcionalismo, notadamente àquele ao qual se filiam os estudos desenvolvidos por Eugenio Coseriu.

Além disso, diferentemente do que vimos na edição de 1961, nesta o nome da língua de que supõe dizer a gramática comparece já no prefácio: “língua portuguesa”, sendo ela tomada ao mesmo tempo como “traço de nacionalidade” – cabendo aqui perguntar: *de que nação?*, já que esta não é determinada no prefácio⁵⁸ – e “elo fraterno

56 Considerando que todo texto é um fragmento de discurso, uma unidade discursiva, entendemos, em conformidade com Orlandi (2008), que o prefácio de certo modo ‘limita’ o texto com o qual se relaciona: “ele procura instituir-lhe um início, uma perspectiva, um modo de leitura, ou ao menos procura colocá-lo uma referência, um início particular. Ele o contextualiza e o insere na perspectiva de um processo discursivo específico” (ibid.: 120).

57 Compreender a forma como se relacionam esses lugares nas três gramáticas que constituem o nosso *corpus* diz respeito à depreensão do funcionamento da função-autor à qual elas estão filiadas e, portanto, constitui um dos nossos objetivos de análise de nossa pesquisa de doutorado, objetivo este que ainda se encontra em desenvolvimento.

58 A referência ao Brasil no prefácio comparece apenas uma vez a partir do adjetivo *brasileiros*, que determina os centros universitários em que se encontram “nossos melhores linguistas” que seguem

da lusofonia” (ibid.: 20). No que diz respeito a este último, chamemos aqui atenção para o deslocamento no relacionamento estabelecido entre os povos ditos lusófonos. Na primeira edição da MGP, como vimos, diz-se que a língua significada como patrimônio cultural foi deixada pelos portugueses ao Brasil e às colônias ultramarinas lusas. Àquela época estas ainda não haviam conquistado a sua independência política, não eram civilizações, mas povos, daí a sua significação como colônia. Em 1999, no entanto, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe⁵⁹ já se encontravam independentes politicamente, sendo ressignificados no dizer do gramático: não se trata mais de colônias de Portugal, mas de nações-irmãs.

Seguem o prefácio da 37^a edição, o prefácio da primeira e uma introdução que se subdivide em dois subcapítulos intitulados: “Breve história externa da língua portuguesa” e “Teoria gramatical”. Partiremos nossa análise do primeiro, do qual recortamos a sequência abaixo:

Tabela 2 – MGP 37^a. Edição (1999)

SD3: “Do ponto de vista linguístico, o português contemporâneo, fixado no decorrer do séc. XVIII, chega ao século seguinte sob o influxo de novas idéias estéticas, mas sem sofrer mudanças no sistema gramatical que lhe garantam, neste sentido, nova feição e nova fase histórica.

Os escritores dos séculos XIX e XX de todos os quadrantes da Lusofonia souberam garantir esse patrimônio linguístico herdado de tanta tradição literária.

Em Portugal, no Brasil, em Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, a língua portuguesa, patrimônio cultural de todas estas nações, tem sido, e esperamos seja por muito tempo, expressão da sensibilidade e da razão, do sonho e das grandes realizações.

Patrimônio de todos e elo fraterno da Lusofonia de cerca de 200 milhões de falantes espalhados por todos os continentes (...)” (MGP, 1999: 27).

Em “Breve história externa da língua portuguesa”, o que se conta como história da língua confunde-se com a história de Portugal. A língua nomeada portuguesa é significada como “uma continuação ininterrupta, no tempo e no espaço, do latim” (ibid.: 23). Este, levado, no início do séc. III a.C., à Península Ibérica pela expansão românica, tornou-se, no século XII d.C., aquilo que seria o “falar comum à Galiza e ao território

“outros modelos [teóricos]”, os quais, apesar de “válidos”, não constituem o “arcabouço teórico” da 37^a. Edição da MGP (1999: 19).

59 Guiné-Bissau conquistou a sua independência em 1973; e Moçambique, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Angola, em 1975.

Portugalense”. Anos mais tarde, no período das grandes navegações, essa língua já então chamada portuguesa, “companheira do império”, foi levada, com o movimento de expansão marítima, colonial e religiosa, “na palavra dos indômitos marinheiros, pelos mares nunca d’antes navegados” (ibid.: 24), àquelas que eram até então tidas como “regiões incógnitas”, “o fim do mundo” (ibid., loc. cit.). Diz-se, ainda, que o que se tem hoje por “português contemporâneo” (ibid.: 27) se fixou no século XVIII e, apesar de ter estado sob o influxo do que se toma por “novas idéias estéticas”, chegou ao século seguinte “sem sofrer mudanças no sistema gramatical” (ibid., loc. cit.), de modo que os escritores “de todos os quadrantes da lusofonia”, nos séculos XIX e XX, apenas “garantiram” – mantiveram, já que nada mudou – “esse patrimônio linguístico de tanta tradição literária” (ibid., loc. cit.).

Na 37^a. edição, assim como na primeira, mantém-se o imaginário de exterioridade da língua em relação ao homem – ela pode ser levada de um lugar para o outro, até o fim do mundo. Da mesma forma, exterior, “externa”, é a história dessa língua que, apesar de ter sido “levada” para outros lugares, de ser falada por outros sujeitos, em outros tempos-espacos, permanece a mesma, homogênea, desde o século XVIII⁶⁰. Segundo essa breve história, portanto, a língua nomeada portuguesa, falada por “cerca de 200 milhões de falantes espalhados por todos os continentes”, é uma e una em todas as nações ditas lusófonas, “patrimônio linguístico herdado” por essas nações e, ao mesmo tempo, “elo fraterno” entre elas (ibid.: 27).

No subcapítulo “Teoria Gramatical”, a definição de língua é atravessada pelos discursos da Sociolinguística e do Funcionalismo – este último através do mecanismo de citação dos dizeres filiados ao nome de autor Eugenio Coseriu. Nele, a língua é dividida em duas dimensões: a chamada *língua histórica*, significada como produto cultural e histórico reconhecido tanto por falantes nativos quanto por falantes de outros idiomas; e a chamada *língua funcional*, significada como aquela que é objeto da descrição estrutural e funcional.

Sobre a chamada língua histórica, diz-se ainda que se trata de “um amplo e diversificado espaço cultural” que encerra em si “várias tradições linguísticas, de extensão e limites variáveis, em parte análogas e em parte diversas, mas historicamente

60 A presença de uma “história externa” fez-nos debruçar sobre a gramática em busca do que seria posto como história interna da língua. Ao definir os tipos de gramáticas, distingue-se nesta edição o que se toma por “gramática histórica” da chamada “história interna da língua”. A primeira, em sentido estrito, consistiria num “estudo diacrônico de um só sistema idealmente homogêneo”; e a segunda, num “estudo diacrônico de uma língua histórica” (MGP, 1999: 56). Abordaremos o sentido de sistema e de língua histórica mais adiante.

relacionadas” (ibid.: 37). Essas variações são tomadas como analogias e divergências fonéticas, gramaticais e léxicas, de modo que se conclui que uma língua histórica comporta sempre “um conjunto de sistemas” que variam de acordo com o espaço geográfico (variações diatópicas), o nível sociocultural (variações diastráticas) e o estilo (variações diafásicas). Sob essa perspectiva, a língua nomeada portuguesa é, então, significada como uma língua histórica, que é “constituída de várias 'línguas' mais ou menos próximas entre si, mais ou menos diferenciadas, mas que não chega a perder a configuração do que se trata 'do português’” (ibid.: 50).

Uma vez que se entende que uma língua histórica é composta por um conjunto de sistemas, conclui-se que, num texto oral ou escrito, apesar de sempre haver uma língua funcional que se sobreponha às demais, podem comparecer, em função dos destinatários, do objeto e da situação, diferentes línguas funcionais, de modo que “todo falante de uma língua histórica é plurilíngüe, porque domina ativa ou passivamente mais de uma língua funcional, embora não consiga saber toda a extensão de uma língua histórica” (ibid.: 38).

No que concerne à língua funcional, ela se estruturaria ainda em *sistema* e *norma*, sendo que o primeiro diria respeito ao que se toma por “oposições funcionais”, “traços distintivos necessários para que uma unidade da língua (...) não se confunda com outra unidade” (ibid.: 42); e a segunda, ao que é posto como “tradicional, comum e constante, ou, em outras palavras, tudo o que se diz 'assim, e não de outra maneira’” (ibid., loc. cit.), podendo coincidir com o sistema “quando este oferece uma só possibilidade de realização” (ibid.: 43). Para ilustrar essa distinção, coloca-se, por exemplo, que, “o sistema do português conta com o sufixo *-ção*, além de outros, para formar substantivos, em geral denotadores de ação, oriundos de verbos”, mas “a norma prefere *casamento* a *casação*, *livramento* a *livração*, *tomada* a *tomação* ou *tomamento*” (ibid., loc. cit.). Assim, o efeito de distinção entre sistema e norma é produzido a partir do que se toma como uma possibilidade de “criatividade”, de “novidade” de criação (ibid., loc. cit.), que se concebe como inerente ao primeiro e inexistente na segunda, a qual seria, portanto, da ordem da estagnação, da estabilização, da constância. Talvez, por isso, isto é, levando em consideração a sua dimensão normativa, apesar de considerar-se a multiplicidade da língua funcional, diz-se também, contraditoriamente, que ela apresenta-se, diferentemente da língua histórica, como “uma realidade linguística idealmente homogênea e unitária, isto é, que se apresenta sintópica, sinstrática e sinfásica” (ibid.: 38).

Na 37ª edição da MGP, a variação é, pois, sempre a variação possível pelo conjunto de sistemas que constituem a chamada língua histórica, ressaltando-se que a esse conjunto sobrepõe-se o que é tomado como a norma da língua, já que se diz que esta “tem maior amplitude”, embora aquele seja “mais amplo” em função da sua possibilidade de criação (ibid.: 43). Se, por um lado, então, a língua histórica, enquanto produto histórico, pressupõe o que é posto como *diversidade*; por outro lado, a língua funcional, tanto na sua dimensão dita sistemática quanto na normativa, é o que garante, de diferentes maneiras, a essa língua (a ilusão de) unidade. Enquanto o conjunto de sistemas impede que variações não previstas se realizem, a norma, sobrepondo-se a ele, é significada como *uso exemplar*⁶¹, como “plano da estruturação do saber idiomático que está mais próximo das realizações concretas” (ibid.: 42), e projeta-se sobre a língua, tornando-se a parte visível desta, isto é, um modelo a ser seguido pelos falantes das comunidades integrantes do que se diz ser um mesmo domínio linguístico. Com isso, a norma impõe à língua estagnação e, por conseguinte, estabilidade de modo a (supostamente) preservar características que garantam a sua singularidade perante os falantes nativos e os falantes dos demais idiomas.

É sob essa perspectiva que se torna possível ao gramático afirmar que “Há uma *diversidade* na *unidade*, e uma *unidade* na *diversidade*” (MGP, 1999: 50) [itálicos do autor], sendo a diversidade tomada como essa possibilidade de realizações determinadas pelo sistema ao qual se sobrepõe a norma, que, por sua vez, como vimos, é significada como aquilo que sustentaria o efeito de unidade. Não há lugar, portanto, nesse imaginário, para a diversidade como mudança, como o *outro*; somente como variação, como o *mesmo*. É assim que, voltando à análise da “Breve história”, a diversidade é concebida como mudança do latim até o que se coloca como “português contemporâneo”, mas depois disso ela é significada como variações estético-expressivas, como possibilidades linguísticas que se inscrevem nisso que se concebe como língua histórica e que não afetam o que se tem por sistemático/normativo.

Nesse sentido, o que é posto como teoria gramatical comparece na 37ª edição da MGP como argumento que legitima o imaginário de homogeneidade linguística entre os países que têm a língua nomeada portuguesa como língua oficial, imaginário este que, segundo Orlandi (2009), é sustentado pela noção de lusofonia, a qual alimenta ainda o

61 A gramática normativa é significada como aquela que “elencas os fatos recomendados como modelares da exemplaridade idiomática para serem utilizados em circunstâncias especiais do convívio social” (MGP, 2009: 52).

repertório da colonização, que tem como referência Portugal. Tal imaginário é também reiterado, segundo Branco (2013), pela significação dessas nações como irmãs: elas falam a mesma língua, o português, e têm uma história comum, pois se constituem como extensões de Portugal. Assim, apesar de esse elo fraternal supor uma relação de igualdade entre essas nações, faz-se significar aí uma relação hierárquica que se funda na contradição engendrada no processo de colonização. Portugal, nesse sentido, a nosso ver, não é um irmão, mas o pai que deixou como “patrimônio” essa língua para os seus filhos, as nações por ele colonizadas; estas, sim, postas como irmãs. Nesse suposto espaço lusófono – tal como pensado por Branco (2013) –, portanto, o imaginário de língua se constrói tendo como referência essa língua do pai, e não as dos filhos, de modo que a heterogeneidade constitutiva das línguas destes, as demais línguas faladas nesses diferentes espaços nacionais, bem como as diferenças entre estes, são/precisam ser silenciadas em prol desse imaginário de língua comum, que silencia ainda, como nos lembra Branco (ibid.: 150), “a violência (da colonização) que está na origem dessa família”.

IV. Patrimônio linguístico e cultural: algumas considerações a título de fechamento

Conceber a língua como patrimônio implica, como podemos depreender a partir de Venturini (2009), o retorno a um passado, que se organiza como uma narrativa aparentemente coerente, na qual é apagado o que deve ser esquecido e, por conseguinte, o que não pode e não deve ser lembrado, pressupondo-se, com isso, a partir do controle do passado, controlar-se também o presente. É assim que a língua nomeada portuguesa ou simplesmente português, significada como idioma, passa a constituir-se como *monumento*, como *lugar de memória*, de *comemoração* (Zoppi-Fontana, 2009) disso que hoje é posto como a lusofonia⁶² que nos une.

Apesar de na edição de 1999 não haver o efeito de con-fusão entre os sentidos de povo, nação, grupo social e sociedade, como vimos na edição de 1961, nela, ao se significar os países ditos lusófonos como nações-irmãs, também se silencia as diferenças constitutivas destes, entre estes e também de e entre sua(s) língua(s).

62 O termo lusofonia, como pontua Branco (2013), foi cunhado em 1950, mas ganhou maior projeção no final dos anos 90, com a criação da Comunidade de países lusófonos – CPLP (1996).

Lembremos aqui que desde o prefácio a língua nomeada portuguesa é posta, ao mesmo tempo, como “traço de nacionalidade” e como “elo fraterno da lusofonia”, mas é silenciada a nacionalidade a que ela se refere, pois dizê-lo implicaria contradizer o imaginário imposto pela noção de lusofonia, que pressupõe a existência de uma única língua pertencente a diferentes nações e que, portanto, se constituiria como traço de nacionalidade não de uma, mas de todas elas. Assim, ao se significar a língua nomeada portuguesa como “patrimônio de *todos*”, de modo a pressupor-se uma total inclusão dos sujeitos, silencia-se ainda que ela, tal como sublinha Branco (2013), não é de todo mundo, isto é, de todos os cidadãos dos países ditos lusófonos, e que esse discurso da lusofonia também não é para todos, mas para alguns: “para os que falam e escrevem a língua imaginária portuguesa da lusofonia (...)” (ibid.: 138).

Parafraseando Mônica Zoppi-Fontana⁶³, admitir a diversidade, embora coloque como pressuposto a igualdade, não apaga a desigualdade. E é pelo viés da diversidade cultural e linguística, via discurso da Sociolinguística e do Funcionalismo, que se busca, como vimos, na 37^a edição, apaziguar os sentidos de diferença que colocam em questão a desigualdade que está na origem dessa família – isto é, desde o processo de colonização que, como assinalou Branco (2013), foi marcado pela violência – e que se perpetua até hoje em relação aos lugares ocupados por essas diferentes nações no que tange à produção de conhecimento linguístico-gramatical e, portanto, ao direito à/sobre essa língua.

Com o desenvolvimento do sociologismo e sob a ideologia do culturalismo, a relação entre língua e cultura é, como pontua Orlandi (2009), um efeito do recrudescimento do discurso sobre a(s) língua(s) que se deu a partir do final do século XX. Nessa perspectiva, diz-se priorizar o multilinguismo – como vimos, na edição de 1999, coloca-se que a chamada língua histórica encerra “várias tradições linguísticas” –, ao mesmo tempo em que se apagam as diferenças históricas: aceitam-se “todas as culturas e línguas, enquanto, em outro lugar, aquele que se sustenta na estrutura de poder que realmente decide, somos dominados pelo monolinguísmo” (ibid.: 163)⁶⁴, monolinguismo este que, no caso em análise, é imposto pela noção de lusofonia, que silencia as diferenças a partir da projeção de um imaginário de língua que tem como

63 Em conferência proferida na mesa-redonda intitulada “Ensino do PLE- PLH e Políticas Linguísticas” no V SIMELP, realizado em Outubro de 2015, em Lecce (Itália).

64 Ao refletir sobre esse imaginário de monolinguismo, Orlandi (2009) refere-se ao inglês, mas acreditamos que essa reflexão se aplica também à relação estabelecida no espaço dito lusófono entre a língua nomeada portuguesa e as línguas outras que habitam esse espaço.

referência uma certa norma de Portugal: “O Luso é o Português. – diz Orlandi (ibid.: 179). – Nada temos a ver com isso”

Desse modo, embora tenham funcionamentos distintos, em ambas as edições, é a significação da língua nomeada portuguesa enquanto idioma compartilhado entre nações, isto é, na sua dimensão idiomática, o que produz aquilo que, com Dias (1996), chamamos de efeito de idiomatidade. Esse efeito – que se relaciona de forma tensa com o que seria da ordem da língua e se materializa, na primeira edição, a partir da partição da língua em *sistema* e *idioma* e, na 37^a edição, em *língua funcional* e *língua histórica* – impõe um imaginário de unidade, de espaço/tempo comuns, que afeta os sujeitos falantes, produzindo um efeito de identidade entre estes e essa língua que lhes é dada historicamente como sua. Para tanto, porém, silencia-se a história da colonização imposta ao Brasil e aos demais países ditos lusófonos, o processo de historicização dessa língua nesses diferentes espaços de enunciação (Guimarães, 2005)⁶⁵, bem como a história da relação estabelecida entre esta e os sujeitos desses espaços.

Esse imaginário de língua enquanto patrimônio é, portanto, tanto na edição de 1961, quanto na edição de 1999, (ainda) atravessado pelo discurso do colonizador português, com a diferença de que nesta última a chamada ciência linguística comparece como calção que sustenta – “cientificamente” – a (ilusão de) unidade linguística. Ao ser posta como patrimônio, como podemos concluir a partir de Venturini (2009), a língua passa a ser significada no encontro do discurso antropológico com o discurso jurídico, e é, como efeito desse encontro, que pensamos ser possível interpretá-la como objeto passível de ser transmitido, como ‘herança’ que nos foi deixada pelos portugueses, um ‘bem cultural’ de propriedade do povo colonizador que se estende às nações por ele colonizadas. Assim sendo, a significação da língua como patrimônio coloca em questão, tal como haviam sinalizado outrora Medeiros e Oliveira (2012), o posicionamento de um sujeito-gramático brasileiro que, identificado ao imaginário linguístico imposto pela memória de uma norma associada à tradição (literária) portuguesa, apesar do deslocamento, no século XIX, da autoria dos estudos gramaticais para o Brasil apontado por Orlandi (2002), no século XX, ainda fala, ao dizer sobre a sua língua, “em grande medida do lugar do português” (Medeiros; Oliveira, op. cit.: 154).

65 A noção de espaço de enunciação, conforme proposta por Guimarães (2005), diz respeito à relação estabelecida entre as línguas e os falantes, sendo aquelas tomadas enquanto espaços divididos pelo político no qual “habitam” os falantes que disputam o direito ao dizer e aos modos de dizer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

a) OBRAS ANALISADAS

Bechara, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa (curso médio) – com base na Nomenclatura Gramatical Brasileira*. 1ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961.

_____. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37ª edição. rev. e amp. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

b) BIBLIOGRAFIAS CITADAS/CONSULTADAS

Auroux, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização* (1992). Trad. Eni P. Orlandi. 2ª. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2009.

Branco, Luiza Kátia Andrade Castello. *A língua em além-mar: sentidos à deriva – o discurso da CPLP sobre língua portuguesa*. 2013. Tese de Doutorado - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas. 2013.

Colombat, B.; Fournier, J.M et Puech, C. *Histoire des idées sur le langage et les langues*. Paris: Klincksieck, 2010.

Dias, Luiz Francisco. *Os Sentidos do Idioma Nacional: as bases enunciativas do nacionalismo lingüístico no Brasil*. Campinas (SP): Pontes, 1996. 90 p.

Dias, L. F.; Bezerra, Maria Auxiliadora. Gramática e dicionário. In: Guimarães, Eduardo; Zoppi-fontana, Mónica. (Org.). *Introdução às ciências da linguagem: a palavra e a frase*. Campinas: Pontes, 2006, p. 11-37.

Foucault, Michel. *A Ordem do discurso*. 15ª ed. São Paulo: Loyola, 2007.

Guimarães, Eduardo. *Semântica do acontecimento*. Campinas, SP: Pontes, 2005.

_____. Os sentidos e a política de uma palavra da ciência. In: Zandwais, Ana; Romão, Lucília Sousa. *Leituras do político*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011, pp. 83-104.

Mariani, B.; Moura, T.; Medeiros, V. Habitar uma teoria. In: Castello Branco, L.; Rodrigues, E.; Santos, G. *Análise de discurso no Brasil: pensando o impensado sempre. Uma homenagem a Eni Orlandi*. Campinas: Editora RG, 2011. p. 293-310.

Medeiros, Vanise G.; Oliveira, Thiago M. O Dialeto Caipira, de Amadeu Amaral: Discurso Fundador e Acontecimento Discursivo. In: Revista Confluência, n. 41/42, 2012.

Milner, Jean-Claude. *L'amour de la langue*. France: Éditions Verdier, 2009.

Orlandi, Eni P. *Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. *As formas do silêncio*. 6ª edição – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007a.

_____. *Interpretação; autoria, leitura e efeitos de trabalho simbólico*. 5ª edição – Campinas, SP: Pontes Editores, 2007b.

_____. *Análise de Discurso – princípios e procedimentos*. 7ª edição – Campinas, SP: Pontes, 2007c.

_____. *Terra à vista – Discurso do confronto: velho e novo mundo*. 2ª ed. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2008.

_____. *Língua Brasileira e outras histórias – Discurso sobre a língua e ensino no Brasil*. Campinas: Editora RG, 2009.

Orlandi E.P.; De Souza, T.C.C. A língua imaginária e a língua fluida: dois métodos de trabalho com a linguagem. In: Orlandi, Eni Pulcinelli (Org.). *Política lingüística na América Latina*. Campinas: Pontes, 1988.

Payer, M. Onice. *Memória da língua, imigração e nacionalidade*. São Paulo: Ed. Escuta, 2006.

Pêcheux, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* (1975). 4ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

_____. *Análise automática do discurso (AAD-69) (1969)*. In: Gadet, F.; Hak, T. *Por uma análise automática do discurso*. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Ed. UNICAMP, 2010, p. 61-161.

Saussure, F. *Curso de linguística geral* (1916). 27ª. Edição. São Paulo: Editora Cultrix, 2006.

Venturini, Maria Cleci. *Imaginário urbano: espaço de rememoração/comemoração*. Passo Fundo: UPF Editora, 2009, pp. 28-228.

Zoppi-Fontana, Mônica Graciela. O português do Brasil como língua transnacional. In: Zoppi-Fontana, Mônica Graciela (org.). *O português do Brasil como língua transnacional*. Campinas: Editora RG, 2009, p. 13-41.

